

Funaro diz que não serão permitidos mais aumentos

São Paulo — O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, garantiu ontem que o único aumento de preços como consequência das novas medidas econômicas será das tarifas dos táxis, devido ao empréstimo compulsório sobre o álcool e gasolina. Essa será a única elevação a influir nos índices da inflação.

— O congelamento continua e não existem justificativas para outros aumentos, porque 98% do transporte de mercadorias são feitos com óleo diesel que não teve seu preço alterado — destacou Funaro.

O ministro também assegurou que a nova caderneta de poupança, que será operada pelos bancos, terá garantia do governo. A nova modalidade não levará em conta a indexação, ou seja, seu rendimento não estará atrelado à inflação. Apesar disso, segundo o ministro, terá um rendimento muito parecido com a atual caderneta de poupança. Todo o detalhamento da nova poupança deverá estar concluído nas próximas duas semanas.

Depois de participar ontem de uma reunião de quase três horas na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), com 150 empresários, Funaro considerou o encontro extremamente positivo, por ter sido um "diálogo muito franco entre governo e empresários". Todos acharam as medidas "necessárias ao país, que precisa de investimentos chaves". Ele citou o setor de energia como prioritário, lembrando que estão sendo vendidos Cz\$ 180 milhões em máquinas novas por mês e, em dois estados do Sul —, cujos nomes não citou —, muitas dessas máquinas não podem ser ligadas por falta de energia.

Medidas fortes

Ao analisar as novas medidas econômicas, o ministro reconheceu que não são simpáticas para a população, mas são necessárias para promover o desenvolvimento do país. Ele apontou que o compulsório sobre a aquisição de veículos atinge a alta classe média, já que somente 10% da população têm automóvel.

— A classe média alta pode dar essa verba para ajudar a construção do Brasil — observou o ministro.

Com relação à taxação sobre a compra de passagens e dólares para viagens, admitiu que serão estudadas exceções porque existem empresas que precisam enviar funcionários ao exterior. Citou o caso de empreiteiras que usam 16 mil passagens por ano para o exterior. Segundo Funaro, o objetivo, ao taxar as passagens e a compra de dólares, não é aumentar o custo das empresas, mas evitar que haja maior evasão de divisas. Caso as medidas não fossem adotadas, essa evasão poderia elevar-se de 450 milhões de dólares para um bilhão de dólares, somente com turismo.

Além desses estudos de caso, o ministro admitiu que também poderá fazer algumas correções de rumo, se, com as medidas adotadas, a indústria automobilística tiver sua produção comprometida por uma queda brutal de venda. O governo poderá vir a estudar algumas alterações.

O ministro também admitiu que o governo pode estudar uma pequena redução do IPI para a indústria automobilística, mas jamais dar total isenção. Essa redução pode ser analisada no caso de a empresa comprovar graves prejuízos e ainda demonstrar intenção de investir para aumentar sua produção.

O ministro tranquilizou a população quanto à segurança dos rendimentos do compulsório, válidos por três anos, equivalentes à caderneta de poupança. As cotas do Fundo Nacional de Desenvolvimento terão como base um portfólio de empresas estatais "representativas" que permitirão que o FND seja rentável.

Reforma

A grande crítica do empresariado quanto à reforma administrativa também foi rebatida. O ministro assegurou que o governo deverá implantar a reforma nos próximos dias, faltando apenas alguns detalhes jurídicos. Ela é indispensável, segundo o ministro, porque o governo precisa se modernizar. Funaro lembrou que já está proibida por lei a substituição dos funcionários que estão saindo das estatais, o que atinge uma média de 1 mil 500 a 2 mil pessoas por mês.

O ministro voltou a garantir que não ocorrerão elevações de preços. Desconhecendo os dados do DIEESE, órgão que ele diz respeitar — que estima um aumento no custo de vida de 2,29% como consequência das medidas econômicas — Funaro lembrou que esses cálculos não atingem 90% dos trabalhadores brasileiros, pois só haverá aumento do preço das tarifas de táxis, enquanto todos os demais setores permanecerão congelados.

Finalmente, abordou a questão de entrada de capital estrangeiro nas Bolsas de Valores, esclarecendo que os investimentos estrangeiros não poderão sair do país quando houver problemas de queda das ações nas bolsas, evitando assim qualquer tipo de especulação. Na Coréia e no México, de acordo com o ministro, existem as mesmas normas.